CONCURSO PÚBLICO
INGÁ (PB): PROFESSOR - MANHÃ

PROFESSOR PEDAGÓGICO

80 QUESTÕES OBJETIVAS

igeduc

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital;** levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
- Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
- Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeducc.org.br.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (de 1 a 60)

Julgue os itens que se seguem.

01. Descrever características de algumas figuras geométricas espaciais como prismas retos, pirâmides, cilindros, cones, relacionando-as com suas planificações, é uma habilidade no ensino da geometria para o 4º ano.

02. As atividades permanentes realizadas pelas crianças passam a ter maior visibilidade e destaque dentro da ótica infantil quando as crianças têm oportunidade de realizar sozinhas as atividades e ações para as quais já possuem competências.

03. As tendências progressistas libertadoras e libertárias têm, em comum, a defesa da autogestão pedagógica e o antiautoritarismo.

04. O educando é um sujeito possuidor de capacidade de avanço e crescimento, só necessitando para tanto da mediação da cultura elaborada, que possibilita a ruptura com o seu estado espontâneo.

05. A organização das atividades no tempo e no espaço assegura as especificidades etárias na utilização ampla dos espaços externos ou internos na Educação Infantil.

06. O Currículo Formal é o currículo que acontece dentro da sala de aula com professores e alunos a cada dia, em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino.

07. A organização dos espaços na Educação Infantil desenvolve potencialidades e propõe novas habilidades cognitivas, motoras e afetivas às crianças.

08. A educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente na Educação Infantil.

09. Na tendência liberal renovada não-diretiva, acentua-se o papel da escola na formação de atitudes, razão pela qual a instituição de ensino deve estar mais preocupada com os problemas psicológicos do que com os pedagógicos ou sociais.

10. O currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão.

11. De acordo com a Lei Nº 10.436/2022, a Língua Brasileira de Sinais pode substituir a modalidade escrita da língua portuguesa no caso da pessoa com deficiência auditiva.

12. Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras é um objetivo de aprendizagem e desenvolvimento a ser trabalhado com crianças pequenas na Educação Infantil.

13. A habilidade de coordenação motora global está relacionada com o controle dos pequenos músculos, como movimento das mãos, da face e visual.

14. A experiência com a literatura permite às crianças compreender as diferentes possibilidades da linguagem e que, paralelamente à língua prática e funcional, existe outra que não serve para nada útil e imediato, que é supérflua e que só tem sentido na brincadeira e no afeto.

15. O atendimento e o apoio especializado existem para que os alunos possam aprender, tratando-se de um reforço escolar, um trabalho complementar e suplementar à formação do aluno.

16. De acordo com a BNCC, relacionar figuras geométricas espaciais a objetos familiares do mundo físico é uma habilidade que deve ser ensinada no 2º ano.

17. Pode-se afirmar que a nota do aluno é o resultado da relatividade de um juízo e que essa nota é delimitada tanto por fatores de ordem pessoal, psicológica e social como por fatores curriculares.

18. A escola tecnicista, baseada na teoria de aprendizagem, vê o aluno como depositário passivo dos conhecimentos, que devem ser acumulados na mente através de associações.

19. O educando é um sujeito que necessita da mediação do educador para reformular sua cultura, para tomar em suas próprias mãos a cultura espontânea que possui, para reorganizá-la com a apropriação da cultura elaborada.

20. A Matemática se restringe apenas à quantificação de fenômenos determinísticos e das técnicas de cálculo com os números e com as grandezas, pois estuda a incerteza proveniente de fenômenos de caráter aleatório.

21. O projeto político pedagógico da Educação Infantil é elaborado num processo coletivo, com a participação da direção e dos professores.

22. A etapa da Educação Infantil tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento integral das crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade, garantindo o acesso aos processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de múltiplas linguagens.

23. Na Educação Infantil, antecipa-se a vivência daquilo que terá seu tempo próprio a seguir nos processos do devir humano, de modo que a criança possa chegar no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com mais maturidade e vivências de experiências de aprendizagens.

24. Na escola, todos os aspectos devem estar favorecendo o desenvolvimento das múltiplas linguagens nas crianças, desde o ambiente escolar, passando pelos professores, pelas atividades realizadas e pelas relações sociais.

25. A deficiência impede que as crianças experienciem seus ambientes, seus corpos e suas mentes, deixando de aprender sobre o mundo, dominar seus medos, criar, praticar suas habilidades, fantasiar e controlar uma pequena parte de suas vidas.

26. Na Educação Infantil, é fundamental organizar as atividades, considerando as necessidades biológicas e psicológicas das crianças, tendo em vista as diferenças individuais.

27. A Língua Brasileira de Sinais está presente nas mais diversas situações do cotidiano e pode ser compreendida por qualquer pessoa com deficiência auditiva no mundo por meio dos gestos universais.

28. A didática inovadora visível nos parâmetros curriculares para a formação do professor está baseada em vertentes ligadas à competência pedagógica e à avaliação de resultados, desvinculando-a do amplo contexto social.

29. Emergentes formas de raciocínio lógico matemático dependem direta e intrinsecamente da organização das situações imediatas de resolução de problemas silogísticos e matemáticos.

30. Um trabalho de educação infantil, que tem as manifestações infantis e as interações como centro de sua proposta, pode deixar de considerar a linguagem como eixo que perpassa todas as instâncias, pelo uso das múltiplas linguagens.

31. Na pedagogia liberal, o indivíduo precisa adaptar-se aos valores e normas vigentes na sociedade de classe, através do desenvolvimento da cultura individual.

32. A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias.

33. O uso do portfólio coaduna com a avaliação formativa, uma vez que favorece o acompanhamento longitudinal do aprendizado e do desenvolvimento das crianças de forma progressiva e continuada.

34. De acordo com a BNCC, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de interagir, divertir, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

35. Conforme Piaget, há dois tipos de abstrações interdependentes: a empírica e a reflexiva. A primeira envolve a construção de relações entre os objetos; e a segunda focaliza certa propriedade do objeto e rejeita as demais.

36. Na formação de professores técnicos, a didática pode ser compreendida como um conjunto de ideias e métodos, sendo constituído teoricamente com bases científicas, sem qualquer preocupação com o contexto social, político e econômico.

37. A didática, assimilada como unidimensional e conformista, é compreendida como sendo uma capacidade de resolver problemas em uma dada situação, o que implica ação mensurável por meio da aferição de seus resultados imediatos.

38. Tendo alcançado um letramento escolar, as pessoas são capazes de comportamentos escolares de letramento, mas são incapazes de lidar com os usos cotidianos da leitura e da escrita em contextos não-escolares.

39. A avaliação do aluno é uma tomada de decisão curricular que implica a valoração de dados concretos em função de uma representação tida como ideal, limitando-se a procurar os signos que permitem dizer como se posiciona o objeto em relação ao referente.

40. A avaliação, na primeira etapa da Educação Básica, é entendida com base na perspectiva do desenvolvimento da criança como um instrumento de controle e seleção.

41. A BNCC propõe a superação da radical fragmentação disciplinar do conhecimento, reconhecendo a importância do contexto social do estudante na sua aprendizagem e na construção de seu planejamento de vida.

42. O ensino tradicional de alfabetização, em que primeiro se aprende a decifrar um código a partir de uma sequência de passos e etapas, para só depois se ler efetivamente, garante a formação de leitores e escritores.

43. Para Jean Piaget, o conceito de assimilação está relacionado à capacidade de o sujeito trazer em si a elaboração de uma cultura, transformando-se em uma síntese nova de sua cultura anterior, revivificada pela apropriação e assimilação dessa cultura elaborada. Assim, para Piaget, a assimilação somente é possível quando uma organização anterior a permite. Por exemplo, uma pessoa que nunca estudou física não poderia entender noções sobre a Teoria da Relatividade se não adquirir previamente outras muitas noções.

44. Na Educação Infantil, apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras é uma habilidade a ser aprendida pelas crianças na escola.

45. O esquema mental é uma sucessão de ações que possuem uma organização e que são suscetíveis de repetição em situações semelhantes.

46. Na didática tecnicista, o professor torna-se mero executor de objetivos instrucionais, de estratégias de ensino e de avaliação.

47. Apesar de a Matemática ser uma ciência hipotético-dedutiva, suas demonstrações se apoiam sobre um sistema de axiomas e postulados. É de fundamental importância também considerar o papel heurístico das experimentações na aprendizagem da Matemática.

48. A organização espacial-temporal está relacionada à habilidade de consciência do próprio corpo e das partes que o compõem.

49. Durante a transição ocorrida entre o término da Educação Infantil e o início do Ensino Fundamental, o período denominado de "Anos Iniciais" (do Ensino Fundamental) têm o objetivo de suprir as fragilidades e as dificuldades ocorridas na Educação Infantil.

50. Na Educação Infantil, desenvolve-se uma postura brincante, sendo um dos elementos que assegura a indivisibilidade das dimensões expressivo motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança.

51. Para que a constituição da jornada diária seja utilizada de forma positiva, o/a professor/a deve oferecer sistematicamente atividades diversificadas e oportunizar que as crianças opinem sobre as atividades que serão realizadas durante o dia a dia na Educação Infantil.

52. Os marcos legais que embasam a BNCC estabelecem a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso, tendo em vista que as competências e as diretrizes são diversas e os currículos são comuns.

53. Na BNCC, a competência a ser desenvolvida pelos estudantes é definida como sendo as atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

54. A BNCC afirma de maneira explícita que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, rompendo com visões reducionistas que privilegiam as dimensões humanas.

55. É papel da gestão escolar decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação ao ensino e à aprendizagem.

56. Por se constituir uma base nacional, a implementação da BNCC requer, entre outros aspectos, o monitoramento dessa política pelo MEC em colaboração com os organismos nacionais da área: CNE, Contran e Undime.

57. A Base Nacional Comum Curricular é definida pela LDB, Lei nº 9.394/96 e orienta-se fundamentalmente pelos princípios de igualdade, respeito e solidariedade, que consideram a formação humana em sua integralidade e a uma construção social justa.

58. As decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade.

59. Agir pessoal e coletivamente com flexibilidade, resiliência, autonomia, responsabilidade e determinação – tomando decisões com base em princípios éticos, estéticos e políticos – é uma das competências gerais da Educação Básica promovidas pela BNCC.

60. O conceito de educação integral ao qual a BNCC se refere é a construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades dos estudantes e com os desafios da sociedade contemporânea.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 61 a 80)

Julgue os itens subsequentes.

61. Em razão do exercício da liberdade de consciência e de crença, a LDB (Lei Nº 9.394/96) determina que as provas e as avaliações educacionais não poderão ser realizadas em datas alternativas sem custos ou ônus financeiro para o aluno ou seu responsável.

62. É obrigatória a integração de municípios e estados para a formação de um sistema único de educação básica (Lei Federal Nº 9.394/96).

63. A Lei Orgânica do Município de Ingá – PB veda expressamente a concessão de bolsas de estudos a alunos do município, comprovadamente pobres, para escolas superiores.

64. Os elevados níveis de repetência durante o ensino fundamental deverão ser comunicados ao Conselho Tutelar (Lei Federal Nº 8.069/90).

65. Caso o servidor público do Município de Ingá – PB exerça a função de magistério, poderá ser aposentado voluntariamente, caso possua trinta anos de serviço efetivo, com proventos integrais, para ambos os gêneros (Lei Orgânica do Município).

66. É de competência do Município de Ingá – PB manter programas de educação pré-escolar e ensino fundamental, bem como promover a cultura e a recreação (Lei Orgânica do Município).

67. O Estatuto da Criança e do Adolescente poderá ser aplicado às pessoas entre dezoito e vinte e um anos apenas nos casos expressos em lei.

68. A frequência mínima para a verificação do rendimento escolar, em nível fundamental e médio, é de setenta por cento do total das horas letivas (Lei Federal Nº 9.394/1996).

69. O Município de Ingá – PB não manterá nem subvencionará escolas de ensino superior (Art. 8º da Lei Orgânica de Ingá – PB).

70. A experiência extraescolar não poderá servir de base para o ensino (Lei Federal Nº 9.394/96).

71. Observada a existência de vagas, o servidor público do Município de Ingá – PB, em exercício de qualquer dos poderes, com mais de dez anos de serviço público, poderá requerer, no prazo de até um ano, a sua transferência (Lei Orgânica do Município).

72. Os programas de ensino intercultural deverão ser planejados com audiência das comunidades indígenas (Lei Federal Nº 9.394/96).

73. A autoridade competente poderá ser imputada por crime de responsabilidade caso fique comprovado negligência na garantia do oferecimento do ensino obrigatório (Lei Federal Nº 9.394/96).

74. Mensalmente, o Município de Ingá – PB deve realizar um programa de verificação de assiduidade dos alunos, buscando as causas do afastamento dos estudantes do ambiente escolar e apontando soluções para o retorno das crianças e adolescentes para a sala de aula (Lei Orgânica do Município).

75. Serão ouvidas as entidades representantes das pessoas surdas no processo de avaliação periódica de professores (Lei Federal Nº 9.394/96).

76. De acordo com a Lei Nº 8.069, de 1990, as crianças e os adolescentes não possuem o direito de contribuir para a elaboração de critérios avaliativos da instituição de ensino onde estudam.

77. O Estado deverá ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador (Lei Federal Nº 8.069/90).

78. A simples suspeita de maus tratos contra criança ou adolescente pelo professor não torna a comunicação obrigatória à autoridade competente (Estatuto da Criança e do Adolescente).

79. As crianças e adolescentes portadores de deficiência terão atendimento educacional individualizado, preferencialmente em rede especial de ensino (Estatuto da Criança e do Adolescente).

80. Os pais ou responsáveis pelos estudantes não têm direito de participar da definição dos processos e propostas pedagógicas relacionadas às instituições de ensino (Estatuto da Criança e do Adolescente).

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO